

"Credores não tomarão decisões com base em problemas passageiros"

por Ana Lucia Magalhães
do Rio

Pedro Leitão da Cunha, presidente do Banco Montreal de Investimento, disse ontem, durante o seminário "Brasil 87: O Desafio Econômico", que não vê "bicho-papão" na questão da renegociação da dívida externa brasileira. Presidente de uma instituição controlada pelo Montrealbank, um dos maiores credores brasileiros, e, portanto, tendo contato permanente com a comunidade financeira internacional, Cunha garantiu que muitos e influentes bancos credores do Brasil não tomarão decisões com base em dificuldades passageiras, pelo contrário, terão uma postura ditada por uma visão estratégica.

"Não devemos adotar uma posição defensiva, porque seria condenar o Brasil", ressaltou o banqueiro.

Cunha acha que a adoção de um programa de reinvestimento da dívida externa pode ser um caminho a ser adotado pelo Brasil. Para o presidente do Banco Montreal, à medida que investimentos estrangeiros voluntários começarem a ser feitos, poderão funcionar como catalisadores para que outros se incorporem. "Isto seria um passo importante. O País não pode temer a entrada do investimento estrangeiro, vendo nele uma ameaça à soberania nacional", comentou Pedro Leitão da Cunha.

CRESCIMENTO

"A partir de agora, a sustentação de uma taxa razoável de crescimento da economia brasileira dependerá crucialmente da elevação da poupança interna e externa e de sua eficiente transformação em investimentos." A opinião é do presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid), Cristiano Buarque Franco Netto, que também participou do seminário.

Franco Netto falou durante o painel, que analisou o sistema financeiro nacional em 1987. Na ocasião, o presidente da Anbid frisou que será necessário sustentar o crescimento preferencialmente por via do investimento, ao contrário do que se observou no último ano, quando ele se baseou no consumo.

Para que as taxas de poupança e de investimento aumentem, Franco Netto acha decisiva a execução de uma política econômica consistente. "Somente uma política macroeconômica compatível com a situação vivida pela economia brasileira nesta etapa será capaz de gerar confiança nos agentes econômicos, que estimule a poupança e o investimento", destacou o presidente da Anbid.

Mais que isso, Franco Netto entende que a política econômica precisa ser orientada no sentido de atacar os focos primários de inflação — "superdimensionamento da máquina administrativa do setor público, subsídios excessivos e injustificáveis e investimentos de prioridade questionável". O presidente da

Anbid deixou claro que o simples ataque às consequências da inflação, como o congelamento de preços e a eventual prática de "política irrealista" de juros, fracassará, "impondo pesado ônus a toda sociedade brasileira".

Franco Netto afirmou, ainda, que a taxa de juros deve estimular os poupadores e não inviabilizar os investimentos. "O poupador precisa ter a certeza de que sua aplicação terá retorno real positivo, ou seja, que cubra integralmente a inflação e deixe margem real de ganho", acrescentou.

CAUSAS DOS JUROS ALTOS

O vice-presidente da Febraban, Theophilo de Azevedo Santos, que também participou do seminário, assinalou como causa para a taxa de juros elevada a ida da União e dos estados, por força de seus déficits, regularmente ao mercado para tomar empréstimos, colocando CDB e títulos públicos a taxas de juros mais altas que as praticadas pelo setor privado, a fim de atrair os investidores.

Outra razão indicada pelo banqueiro está ligada à crise externa, que reduziu o aporte de recursos estrangeiros, aliada ao fato de o Brasil ter se tornado remetente líquido de capitais para o exterior.

"Em consequência, a poupança gerada internamente não está toda disponível para financiar as atividades econômicas internas porque parte dela sai do País. A própria tensão existente no balanço de pagamentos leva as autoridades a não descontar a inflação externa da correção cambial, o que termina por elevar os juros reais internos", explicou.

A retomada do crescimento da economia brasileira em 1986 também foi vista como uma causa para a elevação dos juros. Azevedo Santos afirmou que em um mercado em que o volume disponível de poupanças globais se estreitou, o aquecimento da demanda de crédito pelo setor privado e pelo próprio governo empurrou para cima as taxas reais.

Baker condiciona ajuda ao País

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, afirmou que o Brasil deveria apresentar um novo plano econômico se espera obter ajuda adicional dos bancos comerciais e de outras fontes.

Em declaração feita perante uma subcomissão da Câmara, Baker disse que transmitira a mensagem às autoridades brasileiras neste mês quando se reuniram para conversações em Washington. Ele afirmou que o Plano Cruzado funcionou por algum tempo, mas que novos esforços do governo são necessários.

Ele acrescentou que apoiou a decisão dos credores oficiais do Clube de Paris de reescalonar os empréstimos ao Brasil, embora o País tenha congelado posteriormente seus pagamentos aos credores.